



ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

STAYING STRATEGIES FOR STUDENTS WITH DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION

Mayne Costa Cerqueira¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3253-6809>

E-mail: cerqueiramayne@gmail.com

Susana Couto Pimentel²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6047-3198>

E-mail: scpimentel@ufrb.edu.br

Resumo: O acesso de pessoas com deficiência à Educação Superior é garantido por várias políticas públicas em vigência no Brasil, porém, para além do acesso, é necessário incentivar a adoção de ações e medidas com vistas a proporcionar a permanência destes estudantes em tal nível de ensino. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo discutir a importância das estratégias de permanência de estudantes com deficiência na Educação Superior. Para desenvolvimento deste estudo foi utilizado o método da revisão de literatura, baseando-se em leituras e autores especialistas na área. Os resultados desta investigação revelam que, apesar de passarem por desafios semelhantes aos demais estudantes, em termos de estranhamento e aprendizagem dos complexos códigos do universo acadêmico, os estudantes com deficiência precisam também superar resistências, barreiras e estigmas que perpassam suas trajetórias, tendo em vista a manutenção de seus projetos de vida e perspectivas de futuro.

Palavras-chave: estratégias; permanência; inclusão na educação superior

Abstract: Access for people with disabilities to Higher Education is guaranteed by several public policies in force in Brazil, however, in addition to access, it is necessary to encourage the adoption of actions and measures with a view to ensuring that these students remain at that level of education. In this sense, the present study aimed to discuss the importance of retention strategies for students with disabilities in Higher Education. To develop this study, the literature review method was used, based on readings and authors who are experts in the area. The results of this investigation reveal that, despite going through similar challenges to other students, in terms of strangeness and learning the complex codes of the academic universe, students with disabilities also need to overcome resistance, barriers and stigmas that permeate their trajectories, considering maintaining your life projects and future perspectives.

Keywords: strategies; permanence; inclusion in higher education

INTRODUÇÃO

¹ Mestre em Educação Científica, Inclusão e Diversidade pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). É servidora pública da UFRB, atuando no Núcleo de Gestão Técnico Acadêmico do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS).

² Doutora em Educação. Professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Campus de Feira de Santana. e Docente do Mestrado em Educação Científica, Inclusão e Diversidade.

A presença de estudantes com deficiência nas universidades tem promovido cada vez mais discussões, amparadas na concepção da educação inclusiva, em torno do papel e compromisso destas instituições na implantação de políticas e ações que assegurem o direito a inclusão desses alunos na vida acadêmica. Estabelece-se como meta, o pleno acesso de todas as pessoas à educação nos diferentes níveis, bem como a eliminação de barreiras que o excluem da sociedade sob a alegação da sua deficiência.

Assim, ao ingressar na Educação Superior, o estudante com deficiência se depara com uma nova realidade e passa por diversas mudanças em sua rotina de estudos e de interação com o saber no ambiente acadêmico.

A entrada na vida universitária convoca o estudante a uma mudança rigorosa e profunda em sua rotina e em sua relação com o conhecimento. Para não fracassar no percurso acadêmico, ele terá que superar as adversidades próprias da Educação Superior e afiliar-se a um novo espaço, apreendendo suas peculiaridades e suas regras. O mundo acadêmico vai exigir do estudante um certo grau de autonomia e confiança, além de outras características compatíveis ao perfil universitário. (Oliveira, 2017, p. 72).

Esse processo, composto por novos códigos e desafios, pode ser um acontecimento de alto impacto, pois exigirá do estudante a ruptura com o mundo escolar. Segundo Coulon (2008), não se trata de um processo natural ou espontâneo, mas delicado e complexo, cujas implicações se assemelham a aprendizagem de um ofício – o ofício de estudante.

O autor afirma ainda que o sucesso na universidade passa pela aprendizagem do ofício de estudante e que a entrada na universidade de nada serve se não for acompanhada por um processo de afiliação, ao mesmo tempo, institucional e intelectual.

Assim, para além do acesso, um sistema educacional inclusivo pressupõe a adoção de medidas de permanência relacionadas ao apoio específico com vistas a garantir as condições de acessibilidade necessárias à plena participação dos estudantes com deficiência, em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico e social.

Nessa perspectiva, a inclusão das pessoas com deficiência na Educação Superior deve assegurar-lhes oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades sob a justificativa de impossibilidade em virtude de sua deficiência.

Dessa forma, a permanência universitária pode ser entendida como “aquela que garante a efetivação dos estudos com apoio estudantil, qualidade no ensino e todos os elementos que constituem um ambiente apropriado para o êxito no percurso acadêmico até a integralização do curso”. (Nunes; Veloso, 2015).

Destaca-se que essa nova realidade é desafiadora para todos os estudantes que ingressam nesse nível de ensino. Porém, para os estudantes com deficiência o desafio pode ser potencializado se não estiverem asseguradas condições específicas e necessárias de acessibilidade.

Nesse sentido, é preciso que na elaboração de políticas institucionais, voltadas para a promoção da afiliação e permanência dos estudantes na universidade, estejam claramente descritos os dispositivos de suporte que visam fortalecer suas trajetórias acadêmicas. Oliveira (2017) afirma que essas estratégias são fundamentais para a inserção qualificada dos estudantes na Educação Superior, pois aumentam as possibilidades de apropriação do saber científico e de manejo das regras institucionais.

Assegurar direitos é dever do Estado, mas é também uma responsabilidade que implica todos os atores sociais (Touraine, 1999), que têm consciência do seu lugar político e, em vista disso, agem sob a realidade social intencionando modificá-la. Assim, a reafirmação e garantia de direitos muito mais do que um ato legal ou jurídico, apenas de responsabilidade do poder público, é também um ato de cidadania que implica e responsabiliza a todos os atores sociais, igual e coletivamente.

Enfatiza-se, então, a educação como direito humano fundamental, obrigatório, gratuito e responsável pelo pleno desenvolvimento da pessoa. É importante destacar ainda que nesse documento, defende-se que o acesso aos estudos superiores precisa ser aberto a todos em plena igualdade. Nesse sentido, concorda-se com Freire (1996), quando afirma que:

Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente se acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar. Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber. (Freire, 1996, p. 67).

Ante o exposto, embora o direito de todos à educação seja reconhecido e preconizado pela legislação brasileira, na prática, no contexto educacional, especificamente da Educação Superior, muito há que se fazer para efetivamente equiparar as oportunidades e conscientizar a sociedade que pessoas com deficiência, são cidadãos e devem ter participação plena na sociedade.

Nesse sentido, Santos (2013) demonstra que, apesar de serem produzidos discursos de defesa à inclusão educacional, a formação universitária parece incapaz de fomentar práticas de acolhimento à diversidade humana, sobretudo a manifestada pela condição de deficiência, possível de se contrapor ao preconceito.

O ato educativo deve ser, necessariamente, inclusivo, isto é, direcionado a todos os discentes, possibilitando-os avançar em seus processos de aprendizagem e desenvolvimento. Portanto, pensar na educação como um direito é reconhecer que o acesso, participação, permanência e sucesso educacional devem ser assegurados a todas as pessoas, constituindo, assim, um direito inerente.

Na sequência deste texto é feita uma delimitação do conceito de estratégias, no contexto da permanência na educação superior, seguida de uma análise dos caminhos para a inclusão, a partir da prática pedagógica. Tais aspectos estão exemplificados a partir de resultados da pesquisa realizada (Cerqueira, 2022)³ no contexto de uma instituição de ensino superior, que traz falas dos sujeitos principais da inclusão de estudantes com deficiência: os estudantes.

ESTRATÉGIAS COMO FATORES DE PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Conforme dito anteriormente, a instituição precisa criar meios para garantir que o estudante tenha condições de permanência e atinja o seu objetivo de formação profissional, que podem ser chamados de estratégias.

De acordo com o dicionário Michaelis, define-se por estratégia, “arte de utilizar planejadamente os recursos de que se dispõe ou de explorar de maneira vantajosa a situação ou as condições favoráveis de que porventura se desfrute, de modo a atingir determinados objetivos”. (Michaelis, 2015).

Segundo Setton (2002), as estratégias surgem como ações práticas inspiradas pelos estímulos de uma determinada situação histórica. São inconscientes, pois tendem a se ajustar como um sentido prático às necessidades impostas por uma configuração social específica.

Cerqueira (2022) afirma que, estratégias para permanência na Educação Superior podem ser definidas como o conjunto de ações ou recursos planejados e/ou utilizados pelo discente para atingir o objetivo de concluir o curso de graduação no qual está matriculado.

Podem ser exemplificadas como estratégias os relatos a família, a tutoria acadêmica, o suporte de bolsas de estudo, o apoio de docentes e dos pares, como também as próprias estratégias de aprendizagem aparecem como recursos buscados/utilizados pelos discentes para permanecer no contexto universitário.

³ A pesquisa trazida neste artigo foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica, Inclusão e Diversidade – Mestrado Profissional, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

É... eu contei muito com o apoio da minha família, principalmente da minha mãe. No ensino médio, eu fui muito aceito pelos meus professores, eles acompanharam todo o processo. Quando eu fiquei doente, foi na 7ª série, eles sempre foram atenciosos né, com a minha caminhada. Quando eu entrei na faculdade, tive outras dificuldades, mas teve uma professora que inclusive me ajudava a pagar o taxi de casa pra faculdade, ela me deu suporte pra me inscrever na bolsa, porque eu nem sabia. Eu achava que bolsa era só pra faculdade particular, não sabia que tinha pra faculdade pública. E essa professora conhecia muito das bolsas e me ajudou com o que eu precisava. Então tive esse suporte dela. E as dificuldades no estudo eu procuro na internet, anoto tudo no caderno pra chegar em casa e pesquisar e me adaptar ao que eu não entendi na aula. Eu não tinha computador no primeiro semestre, não fiz curso de computação, então eu ia na lan house pra aprender. No segundo semestre, meus pais compraram um computador de mesa e eu fui me adaptando, com o dinheiro da bolsa. Foi uma outra estratégia minha essa também, tirei um mês das minhas férias pra aprender tudo de computador que eu ia precisar na faculdade. Aí quando voltaram as aulas eu já sabia tudo, já tinha ideia de como pesquisar na internet, já tinha e-mail, então foi uma estratégia minha pra me ajudar. (Estudante 2 – Feira de Santana, Cerqueira, 2022, p. 96).

[...] eu tento me adaptar, vou conversando muito com os tutores, eles sugerem atividades adaptadas da melhor forma possível. (Estudante 3 – Feira de Santana, Cerqueira, 2022, p. 96).

Observa-se nas falas anteriores que, enquanto o Estudante 2 relata estratégias intra e interpessoais, o Estudante 3 foca em estratégias interpessoais.

De acordo com Cerqueira (2022), entende-se como estratégias interpessoais a busca da parceria de outras pessoas como familiares, docentes, tutores, uso de redes sociais para a comunicação e socialização de informações e conteúdo. Por sua vez as estratégias intrapessoais envolvem as próprias estratégias de aprendizagem desenvolvidas e/ou reconstruídas internamente pelos discentes: anotações, pesquisas de assuntos na internet.

É importante destacar que dentre as estratégias interpessoais os colegas de turma têm um papel importante na trajetória dos estudantes com deficiência, no sentido de apoiá-los nas atividades ou na resolução dos desafios relacionados a acessibilidade e incentivá-los a atingir seus objetivos, conforme exemplificado nos trechos abaixo.

Desde que eu entrei lá na instituição né, esses colegas têm me ajudado lá né com as minhas demandas, assim por exemplo fazer anotações, quando tinha seminário fazer com que eu participasse, é, das atividades, que as vezes num dava, pela falta de acessibilidade naquele espaço, porque a maioria das atividades que tinha e tem na UFRB são todas em locais que não favorecem a pessoa com deficiência. (Estudante 1 - Feira de Santana, Cerqueira, 2022, p. 97).

[...] na graduação a gente tem uma turma que a maioria dos alunos eram de Feira né, alguns de Cruz das Almas e é uma turma muito unida né, todos os meus colegas acabavam se ajudando em tudo. As aulas no começo eram no pav. 2 e esse prédio tem alguns degraus muito altos e eu tinha algumas dificuldades pra subir, eles me ajudam. Até as informações sobre tudo são informadas no

WhatsApp, todo mundo conversa, um informa o outro, o que acontece, que tipo de material vai usar em cada aula. (Estudante 2 - Feira de Santana, Cerqueira, 2022, p. 97).

Os excertos acima apontam que as estratégias interpessoais têm caráter tanto objetivo, isto é, fornecimento de condições concretas para o estudo (anotações das aulas, ajuda para subir os degraus, informações veiculadas pelas redes sociais) quanto um caráter de trocas por meio de um processo de aprendizagem colaborativa.

As estratégias interpessoais são consideradas imprescindíveis para a permanência, conforme sinaliza E1.

[...] só que nem sempre as atividades eram lá. As vezes eram na câmara de vereadores, entendeu? Aí pra mim era complicado, tinha que subir escada, as vezes o elevador tava quebrado, aí tinha que subir de escada, algumas dificuldades assim tipo a minha cadeira ser atual e o elevador do local ser antigo, por ser histórico né? Essas coisas. Mas assim, os colegas desde que eu cheguei tem me dado muita força. Inclusive é por causa deles que eu continuo. (Estudante 1 - Feira de Santana, Cerqueira, 2022, p. 97).

Importante sublinhar que as questões relativas à acessibilidade pedagógica ou curricular são compreendidas como estratégias interpessoais. Percebe-se que as estratégias interpessoais estão relacionadas à empatia, isto é, à capacidade de se colocar no lugar do outro, assumindo uma postura ativa e de compromisso com a autonomia e emancipação do estudante. Assim, não é fazer pelo outro, mas construir juntos alternativas para que as atividades sejam desenvolvidas e que, de fato, haja a internalização do conhecimento.

Para dar seguimento ao diálogo acerca desse tema, é necessário dizer que se entende que a prática educacional inclusiva pode promover uma melhor adequação das estratégias que o aluno escolhe para utilizar, no sentido de intensificar a sua permanência na educação superior, tornando o percurso formativo menos custoso para ele.

A PRÁTICA DOCENTE E OS CAMINHOS PARA A INCLUSÃO

Ensinar e aprender no nível superior requer um processo (auto)formativo de discentes e docentes. No caso dos docentes tal processo precisa refletir o domínio científico da área profissional sem prescindir das teorias pedagógicas que dão sustentação à prática exercida. Porém, lamentavelmente a lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a Lei nº 9.694/96 (BRASIL, 1996), em seu artigo 66, estabelece uma perspectiva de formação para a docência universitária restrita ao âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. Com isto, "a formação do professor universitário tem sido entendida, por força da tradição e ratificada pela legislação,

como atinente quase que exclusivamente aos saberes do conteúdo de ensino." (Cunha, 2006, p. 258).

No entanto quando se pensa que o docente compõe a rede de estratégias de permanência do estudante com deficiência na educação superior, entende-se que a apropriação de conteúdos pedagógicos para o efetivo exercício da docência é condição fundamental ao processo de formação da carreira docente na Educação Superior. Oliveira (2021) afirma que a formação do docente do ensino de graduação também precisa contemplar os conteúdos científicos pertinentes aos saberes didáticos específicos de seu campo de atuação.

Do ponto de vista da aprendizagem de estudantes com deficiência, as teorias pedagógicas podem ser o caminho mais consistente para apoiar os docentes da Educação Superior na tarefa de ensinar estudantes que apresentam particularidades e modos distintos de aprender e de participar da vida acadêmica.

Pensando na aprendizagem de estudantes com deficiência, as teorias pedagógicas podem ser o caminho mais consistente para apoiar os docentes da Educação Superior na tarefa de se constituir parte das estratégias interpessoais de estudantes que apresentam particularidades e modos distintos de aprender e de participar da vida acadêmica.

É inegável a importância de conhecer o estudante e suas especificidades para o planejamento de uma prática que atenda as suas necessidades, entendendo que se trabalha com estudantes reais e não idealizados, condicionando o planejamento às características destes estudantes.

Quando os conhecemos conseguimos planejar aulas que podem envolver a retomada de conhecimentos que deveriam ser prévios, mas que não foram assegurados em outros momentos, como também podemos verificar onde é possível dedicar um tempo menor, pois os conhecimentos já foram construídos. (Pimentel, 2022, p. 103).

Na educação superior esse conhecimento prévio sobre o estudante e suas características de aprendizagem é também muito necessário, pois possibilita que o planejamento seja feito considerando-se também suas especificidades e necessidades.

Os discentes com deficiência constroem/buscam as estratégias interpessoais que sabe serem importantes para sua permanência no curso. Portanto, numa universidade inclusiva, ensinar pressupõe uma lógica distinta daquela desenvolvida no contexto de uma universidade homogênea, pressupõe constantes ajustes e reinterpretações da prática docente. Por essa perspectiva, as situações que envolvem a atuação cotidiana do docente universitário devem ser refletidas em espaços coletivos de formação, ou mesmo fazer parte dos estudos e pesquisas desenvolvidos sobre o próprio campo de atuação. Ao articular as dimensões do ensino,

pesquisa e extensão aos espaços de formação e de reflexão sistematizada, é possível ampliar o olhar sobre o campo da docência universitária e seus desafios mais emergentes.

É preciso pensar a formação para a docência universitária, tanto no âmbito das políticas públicas, como no contexto das políticas institucionais de cada IES, a partir de novas categorias epistemológicas que consigam articular, na complexidade de elementos que constituem a formação do docente da Educação Superior, os saberes e conhecimentos necessários à promoção da identidade e profissionalidade do professor universitário.

Por sua vez, observa-se nas falas transcritas a seguir que como estratégias interpessoais de permanência encontra-se o empoderamento, a volição e o empenho pessoal.

Um mecanismo que eu uso, até hoje, foi a possibilidade de sair da minha cidade e buscar a liberdade como [cita a deficiência], me transformando em uma grande profissional e ajudando outras pessoas que precisam ter seus direitos e deveres reconhecidos. [...] Vou tentando seguir, mesmo com tantos obstáculos até aqui e sempre cobrando respeito, empatia pelas questões vivenciadas por mim. [...] É, eu sempre tô ali cobrando, nunca deixei de cobrar. (Estudante 1 - Feira de Santana, Cerqueira, 2022, p. 100).

Nesta perspectiva, é importante não confundir tais estratégias como um ajustamento ao sistema excludente por meio de atitudes voltadas a corresponder a vieses meritocráticos, ao contrário, a estratégia interpessoal é uma atitude política em direção à emancipação.

As falas dos participantes revelaram que nem sempre essas estratégias intra e interpessoais são facilmente construídas em direção ao empoderamento, pois trava-se uma luta interna pelo estudante com deficiência com ideias equivocadas de que o espaço da academia ainda não lhe pertence.

Tais estratégias, apoiadas por mecanismos institucionais voltados à permanência, possibilitam a afiliação estudantil, caracterizada pelo desenvolvimento de uma nova identidade social, que demonstra ser, em termos pessoais, um elemento crucial para o sucesso acadêmico, sobretudo para a construção de um novo percurso biográfico que conduza a realização de formas de autonomia intelectual e afetiva inovadoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, considera-se que questões contemporâneas como acesso, permanência, pertencimento, inclusão, acessibilidade e flexibilização curricular são temas emergentes que passam a configurar o contexto universitário, devendo, portanto, ocupar um espaço de relevância nas políticas de inclusão na educação superior.

A atividade docente apresenta interfaces de saberes e conhecimentos que a aproximam do mundo social, cultural e político, de modo que o domínio de um campo específico de conhecimento e a preparação para a pesquisa científica não bastam para lidar com a imprevisibilidade e desafios complexos da Educação Superior. Se antes a profissão de professor calcava-se no conhecimento objetivo, no conhecimento das disciplinas, em muito semelhantes às outras profissões, hoje, apenas dominar esse saber é insuficiente, uma vez que o contexto das aprendizagens não é mais o mesmo (Cunha; Brito; Cicillini, 2006), assim como não são mais os mesmos seus públicos e cenários de formação.

A docência no novo contexto da Educação Superior passa a assumir responsabilidades além das que tradicionalmente lhe eram atribuídas. O docente passa a ser responsável por desenvolver um processo de ensino-aprendizagem que assegure aos estudantes (independente das suas camadas sociais, origens étnicas e condições biológicas, sensoriais, cognitivas e físicas) o acesso ao conhecimento científico, sem renunciar a qualidade correlativa aos cursos superiores. Não há como exercer uma docência dissociada das transformações sociais, econômicas e culturais que envolvem a universidade contemporânea.

Neste sentido, a formação do professor universitário, quando não compreendida no âmbito dos elementos complexos que compõem tal profissão, corre o risco de ser desenvolvida de forma desarticulada das funções e objetivos mais nobres da Educação Superior.

Cunha (2009) chama a atenção para a responsabilidade das políticas públicas e das instituições na proposição mais sistemática de investimentos na formação profissional do professor universitário, reconhecendo que os saberes da docência exigem uma preparação acadêmica numa perspectiva teórica e prática. Exigem, também, um investimento constante que acompanhe os avanços investigativos e as mudanças paradigmáticas que envolvem os conhecimentos e redefinições do mundo do trabalho.

De tal modo, a formação para a docência universitária não pode permanecer fundamentada em antigos modelos científicos, cuja atenção é direcionada à pesquisa e elementos que conferem prestígio e reconhecimento acadêmico e científico ao professor universitário. Isso provoca uma reflexão sobre a docência universitária como uma atividade de ensino, que, portanto, não deveria ser desenvolvida à parte dos saberes pedagógicos que conferem ao docente o conhecimento científico da prática educativa. Entende-se que é necessário assinalar a legitimidade dos saberes didáticos, responsáveis pela articulação entre as teorias da educação e as teorias próprias de cada área específica de conhecimento (Cunha; Brito; Cicillini, 2006).

Aliada a essa necessidade de formação continuada e incentivo a mudanças na prática docente, a instituição precisa, cada vez mais implementar e ampliar suas políticas que promovam a permanência dos estudantes com deficiência na universidade. Para Cury (2005), políticas inclusivas supõem uma adequação efetiva ao conceito avançado de cidadania, coberto pelo ordenamento jurídico do país. É ainda dentro dos espaços nacionais, espectro privilegiado da cidadania, que se constroem políticas duradouras, em vista de uma democratização de bens sociais, aí compreendida a educação escolar.

A concepção da educação inclusiva requer uma mudança nas práticas, de modo a atender a todos os alunos, sem qualquer tipo de discriminação, respeitando suas diferenças. Isso pressupõe a adequação ao conceito de escola inclusiva, de acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial. (Brasil, 2001).

Implica, também, em uma nova postura da escola regular, que deve propor ações que favoreçam a inclusão e práticas educacionais diferenciadas que atendam a todos os alunos.

É fato que novos caminhos e novas formas para implementar projetos e ações práticas que garantam o atendimento à educação inclusiva já começam a ser discutidos e construídos por várias instituições e professores. À universidade cabe desempenhar o papel social, e aos órgãos competentes assumir totalmente as ações para garantir o acesso e a permanência de todas as pessoas à educação superior.

É importante salientar que, mesmo com os esforços institucionais para a equiparação de oportunidades que a instituição tem se proposto a realizar, ainda há muito a ser realizado para garantir a permanência e o ensino com qualidade desses estudantes na Educação Superior

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**; Ministério da Educação: Brasília, 2001. disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso: 11 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais- DEFICIÊNCIA FÍSICA**. Brasília – DF:2006.

CERQUEIRA, M. C. **Permanência na Educação Superior: Percepções de estudantes com deficiência da UFRB**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica, Inclusão e Diversidade – Mestrado Profissional, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 152f. Feira de Santana, 2022.

CURY, C. R. J. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. **Cadernos de Pesquisa** [online]. 2005, v. 35, n. 124 , pp. 11-32. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000100002>>. Acesso em 20 maio 2024.

CUNHA, A. M. de O.; BRITO, T. T. R; CICILLINI, G. A. Dormi aluno (a)... Acordei professor (a): interfaces da formação para o exercício do ensino superior. In: **Anais da 29ª Reunião Anual da ANPEd**, Caxambu, MG, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT11-2544--Int.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

CUNHA, M. I. da. O lugar da formação do professor universitário: o espaço da pós-graduação em Educação em questão. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, n. 26, p. 81- 90, 2009.

CUNHA, M. I. da. Verbetes: formação inicial e formação continuada. In: MOROSINI, M. C. (Org.). **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**. Brasília: MEC/INEP, 2006. v. 2. p. 353-354.

COULON, A. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Tradução de: Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MICHAELIS, **Dicionário Online de Português**. Editora Melhoramentos Ltda, 2015. Disponível em: [<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/estrat%C3%A9gia/>]. Acesso em: 02 abr. 2024.

NUNES, R. S. dos R; VELOSO, T. C. M. A. Elementos que interferem na permanência do estudante na educação superior pública. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS**, 23, 2015, Belém. Anais: Belém: Universidade Federal do Pará, 2015

OLIVEIRA, G. K. A. P. **Inclusão na educação superior**: novas tessituras para o campo da docência universitária. Tese de Doutorado. 215f. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2021.

OLIVEIRA, G. K. A. P. **A Trajetória de Afiliação de Estudantes com Deficiência na Educação Superior**. Dissertação de Mestrado. Salvador, 2017.

PIMENTEL, S. C. Práticas Educacionais Inclusivas: com a palavra atores sociais da educação na Bahia. In: **Educação Especial em Tempos de Transformação: IV Congresso Baiano de Educação Inclusiva (VI CBEI) e IV Simpósio Brasileiro de Educação Inclusiva (SBEE)** / Félix Marcial Díaz Rodriguez, Sheila de Quadros Uzêda, Regiane da Silva Barbosa, Fernanda Matrigani M. Gutierrez de Queiroz, Genigleide Santos da Hora (organizadores) – Curitiba: CRV, 2022.

SANTOS, G. G.; SAMPAIO, S. M. R. (Org.). **Observatório da Vida Estudantil: universidade, responsabilidade social e juventude**. / Organização e apresentação de Georgina Gonçalves dos Santos, Sônia Maria Rocha Sampaio; Prefácio de André Lazaro. – Salvador: EDUFBA, 2013.

SETTON, M. da G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60-70. Mai/ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>> Acesso em: 31 mai. 2024.

TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999.